



REUNIÃO COM O GOVERNO

DUAS REUNIÕES APÓS O INÍCIO DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO GERAL ANUAL O GOVERNO TARDA EM APRESENTAR PROPOSTAS CONCRETAS

A Frente Sindical liderada pelo STE reuniu ontem com o Governo.

O Governo como tinha referido na primeira reunião no dia 8 de Setembro, mantém a sua intenção de descongelar as progressões nas carreiras de modo faseado.

E, quando questionado sobre o tempo em que decorreria tal faseamento confirmou o período de 2018 a 2021, indicado no Pacto de Estabilidade apresentado a Bruxelas.

Mas referiu, também, que tudo faria para que a suspensão dos direitos dos trabalhadores relativos à progressão na carreira fosse afastada num prazo mais curto.

Foi partindo desta vontade expressa pelo Governo e tendo como referência os valores constantes do levantamento efectuado no Relatório RIVA, que nos foi entregue na reunião anterior de 8 de Setembro, que o STE referiu os valores apurados com impacto orçamental para o descongelamento imediato das progressões na carreira, que sintetizamos no seguinte quadro:

Quadro-Síntese – Número de Trabalhadores abrangidos pelo Descongelamento das Carreiras e Impacto Orçamental da Administração Central

Levantamento RIVA	Número de Trabalhadores *	Impacto Orçamental (em milhões de €)			
		1ª Progressão	2ª Progressão	Promoções	Total
1. Carreiras Gerais	68882	38,9	0,6	0,0	39,5
Técnico Superior	20314	15,0	0,5	0,0	15,6
Assistente Técnico	28088	12,7	0,1	0,0	12,7
Assistente Operacional	20480	11,2	0,0	0,0	11,2
2. Carreiras não Gerais*	154715	115,9	15,4	107,7	239,0
3. Contrato Individual de Trabalho	53592	-	-	-	45,5
4. Estabelec. Ensino Básico e Secundário do ME	125766	-	-	-	105,7
Pessoal Docente	99220	-	-	-	90,3
Pessoal Não Docente	26546	14,3	1,1	0,0	15,4
TOTAL GERAL (1.+2.+3.+4.)	402955	-	-	-	429,7

Nota: STE, baseado no Relatório RIVA do MF. * Excluiu-se 1019 trabalhadores das Carreiras não Gerais (Guarda Florestal, Técnico Sup. Espec. do INE e do MF) cujo descongelamento das carreiras apresenta um impacto orçamental nulo.



Apesar de o relatório não contemplar os recursos humanos que estão em condições de progredir na Administração Local e Regional (onde existiam 111,7 mil e 37,1 mil trabalhadores, respectivamente no final do 1.º semestre de 2017), **são cerca de 403 mil trabalhadores que estão em condições de progredir na carreira, com um impacto próximo de 430 milhões de €.**

Um valor bem diferente dos 600 milhões de € que o Governo tem vindo a referir, mesmo se tivermos em conta os cerca de 150 mil trabalhadores da Administração Local e da Regional, que não têm nos seus quadros os grupos profissionais com as remunerações mais elevadas.

Nesta sequência dissemos ao Governo que quem reúne os requisitos deve progredir, porque se assim não for os direitos dos trabalhadores consagrados em lei são letra morta.

E sobre a actualização de pensões também o Governo não disse mais do que o que é conhecido, que serão actualizadas usando a fórmula existente na lei o que significará apenas aumentos para as de valor mais baixo.

Sobre a descida do desconto para a ADSE, como exigimos no nosso caderno reivindicativo, o Governo está a ponderar.

E pondera também repor o valor a pagar pelo trabalho extraordinário só para algumas carreiras.

Em ponderação está também a eliminação da incidência de IRS sobre parcela hoje tributada sobre o subsídio de refeição.

Neste cenário apenas podemos concluir que não haverá recuperação de rendimentos porque não haverá qualquer aumento salarial.

Após mais uma reunião o Governo tarda em apresentar propostas concretas.

A próxima reunião está agendada para o dia 6 de Outubro.

A Direcção.

Lisboa, 22 Setembro de 2017.